

I ENCONTRO
DA OEI DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA

OEI

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Secretário-Geral

Mariano Jabonero Blanco

Diretor e Chefe da Representação da OEI no Brasil

Raphael Callou

Coordenador de Cooperação Técnica e Desenvolvimento

Allan Torres

Coordenadora de Administração, Finanças e Contabilidade

Amira Lizarazo

Gerente de Projetos da OEI

Telma Teixeira

Consultor Sênior

Floriano Pesaro

Consultor de Comunicação

Hércules Barros

Transcrição e Edição

Avellar e Duarte / Rosa Lima e Rodrigo Prestes

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Avellar e Duarte / Claudia Duarte

Autores:

Célia Leão

Cid Torquato

Cláudia Costin

Eduardo Saron

Floriano Pesaro

Kátia Smole

Maria Helena Guimarães de Castro

Marco Vinholi

Priscilla Gaspar

Rossieli Soares

Sérgio Sá Leitão

Apoio



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
PESSOA COM
DEFICIÊNCIA



Copyright © 2020 Organização dos Estados Ibero-americanos
para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

As opiniões nesta publicação são de exclusiva responsabilidade
dos seus autores, não exprimindo, necessariamente,
pontos de vista ou preferências da OEI.

É permitida a reprodução de partes e dados contidos nesta publicação,
desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais estão vedadas.



APRESENTAÇÃO

Atenta aos objetivos de apoiar o desenvolvimento regional de seus Estados-membros, a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) realizou, no dia 11 de dezembro de 2019, no Museu da Imagem e do Som (MIS) de São Paulo, o Primeiro Encontro da OEI de Políticas Públicas de Educação e Cultura. O evento, que contou com o apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, buscou dar visibilidade às políticas públicas de estado com base em evidências, acima de preferências.

Organismos internacionais como a OEI, que sempre trabalharam mais concentrados nos níveis nacionais e federativos (a depender do modelo adotado em cada país), vêm reconhecendo a necessidade de focar a cooperação técnica também nos níveis subnacionais, no caso do Brasil, nos estados e municípios, onde as políticas públicas são colocadas à prova. As evidências regionais permitem avaliações que, por sua vez, podem contribuir para fortalecer a defesa da importância e do valor que certas políticas públicas nacionais oferecem.

Tendo o Estado de São Paulo como unidade de análise, este primeiro encontro reuniu gestores públicos e renomados especialistas nas áreas de educação, cultura, desenvolvimento regional e inclusão para tratar dos desafios dos governos subnacionais em busca de soluções conjuntas para problemas e demandas sociais, tendo como referências para suas intervenções a Carta Cultural Ibero-americana e a Agenda 2030 das Nações Unidas.

O Governo do Estado de São Paulo esteve representado nesse primeiro encontro por meio dos secretários de Estado de São Paulo Rossieli Soares (Educação), Sérgio Sá Leitão (Cultura e Economia Criativa), Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional) e Célia Leão (Direitos da Pessoa com Deficiência).

A transversalidade do tema da inclusão das pessoas com deficiência em relação aos dois macrotemas do evento ficou clara, na medida em que deve ser incorporada às pautas de educação e cultura tanto do ponto de vista do lazer, do entretenimento e da indústria criativa como um todo,

quanto das escolas e creches, que cumprem função essencial ao desenvolvimento das plenas capacidades e do exercício da cidadania.

O assunto foi abordado em âmbito nacional pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, representado no encontro da OEI pela Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Priscilla Gaspar; e em âmbito municipal, pelo secretário municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Cid Torquato.

Nos debates sobre cultura, o fortalecimento dos setores culturais e da economia criativa foi apontado como um caminho para o desenvolvimento socioeconômico de São Paulo e do Brasil. Lembrando que tanto educação quanto cultura devem ser entendidas como espaços profundos de transformação e de construção da democracia, como aponta Eduardo Saron, dirigente do Itaú Cultural e presidente do Conselho de Cultura e Economia Criativa do Governo de São Paulo.

Segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), mais de 2% do PIB nacional é gerado pela economia criativa,¹ o que demonstra a importância da cultura para o desenvolvimento do país. Por esse motivo, é imprescindível que o poder público considere esse potencial econômico de geração de emprego e renda, ao planejar as políticas públicas para os próximos anos.

O evento trouxe também discussão sobre ações de desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira, que fazem parte de cooperação técnica entre a OEI e a Secretaria de Desenvolvimento Regional. A ideia é capacitar o corpo técnico do estado que trabalha com desenvolvimento regional por meio de estudos e pesquisas, além de monitorar e realizar painel de controle, visando contribuir para a melhoria dos indicadores sociais da região.

A educação, por sua vez, foi apontada no encontro como pilar para um futuro menos desigual, com amplas oportunidades para todos. O mundo contemporâneo vem mudando rapidamente, e as capacidades dos profissionais de 2030 e 2040 necessitam ser implementadas o quanto antes em nosso sistema educacional. Nessa área, a discussão no evento versou também sobre formas efetivas de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Dentre os renomados especialistas em Educação que estiveram presentes figuraram nomes como o de Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe/FGV), que já atuou como Ministra da Administração e Reforma do Estado no governo federal e Diretora para Educação no Banco Mundial.

¹ Firjan, Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2020.

Outra participação expressiva foi a da professora Maria Helena Guimarães Castro, conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE), presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE) e atual embaixadora do PISA para Escolas no Brasil.

O PISA afere o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de leitura, matemática e ciências. Na prática, a avaliação mede a capacidade de assimilação de conhecimentos elementares e contribui para a discussão da qualidade da educação básica dentro e fora dos países participantes. Na última edição, realizada em 2018, em 79 países, o PISA apontou melhoras nas habilidades de leitura e compreensão de texto dos estudantes brasileiros, mas mostrou que em matemática o país amarga a última colocação entre os países da América Latina.

Para a superação dos ainda grandes desafios enfrentados na educação, a aposta brasileira está em investir na formação e valorização dos professores, na expansão das escolas em tempo integral, bem como na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que Katia Smole – diretora do Instituto Reúna e do Grupo Mathema –, defende como instrumento poderoso para criar um sistema coerente de educação no país.

A BNCC reúne os conhecimentos e as habilidades essenciais que todos os alunos têm o direito de aprender ao longo da sua vida escolar. Daí a importância da discussão desta política pública e das mudanças que ela traz para a educação.

Desta forma, com o Encontro da OEI de Políticas Públicas de Educação e Cultura e com esta publicação, a Organização espera contribuir mais uma vez para o aprofundamento do debate nas referidas áreas, e para que essas informações possam de fato gerar políticas públicas sólidas, que tragam soluções concretas para os desafios da realidade brasileira.

Raphael Callou

Diretor e Chefe da Representação da OEI no Brasil

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO _____ 3

Raphael Callou, Diretor e Chefe da Representação da
OEI no Brasil

PAINEL “POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DA CULTURA” _____ 9

Sérgio Sá Leitão, Secretário de Estado de Cultura
e Economia Criativa de São Paulo, _____ 10
Eduardo Saron, Diretor do Itaú Cultural _____ 17

PAINEL “AÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO ESTADUAL” _____ 23

Rossieli Soares, Secretário de Estado da
Educação de São Paulo, _____ 24
Cláudia Costin, Diretora Geral do Centro de Excelência e
Inovação em Políticas Educacionais (FGV Ceipe) _____ 32
Kátia Smole, Diretora do Instituto Reúna e do Grupo Mathema _____ 39

PAINEL “POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS: O PISA 2018” _____ 43

Maria Helena Guimarães de Castro,
Embaixadora do PISA para Escolas no Brasil _____ 44

PAINEL “INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CULTURA, EDUCAÇÃO E LAZER” _____ 51

Priscilla Gaspar, Secretária Nacional dos
Direitos da Pessoa com Deficiência _____ 52
Célia Leão, Secretária de Estado dos Direitos
da Pessoa com Deficiência de São Paulo _____ 56
Cid Torquato, Secretário Municipal da Pessoa
com Deficiência da Cidade de São Paulo _____ 60

PAINEL “O IMPACTO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL RECENTE” _____ 65

Marco Vinholi, Secretário de Estado de
Desenvolvimento Regional de São Paulo, _____ 66

Floriano Pesaro, Sociólogo e Gestor Público
na área do Desenvolvimento Social e Educação _____ 72



PAINEL

POLÍTICAS PÚBLICAS

NA ÁREA DA CULTURA

Sérgio Sá Leitão



Carioca, jornalista e gestor cultural, **Sérgio Sá Leitão** exerce o cargo de Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa de São Paulo. Foi Ministro de Estado de Cultura (2017/2018), Diretor da Ancine (2007/2008 e 2017) e do Cine Odeon – Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro (2015/2017).

No Rio de Janeiro exerceu as funções de Secretário Municipal de Cultura (2012/2015) e Diretor-Presidente da Riofilme (2009/2015). Foi conselheiro do Programa Petrobras Cultural (2003/2006) e Vice-presidente da Comissão Interamericana de Cultura da OEA (2004/2005). Na iniciativa privada, foi consultor de empresas como Clear Channel Entertainment, Rio Bravo Investimento, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e Jornal dos Sports.

No Estado de São Paulo, ao longo dos últimos 20 anos, foi construído um acervo de parcerias entre entidades não governamentais e instituições públicas que gerou um grande número de programas e ações na área da cultura. Desde o início desta gestão (janeiro de 2019) à frente da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, procuramos dar continuidade a essas ações, buscando aperfeiçoar seus processos e acrescentando novas instituições a esse rol.

A visão de trabalho da equipe é a de que arte, cultura e economia criativa¹ têm diretamente a ver com desenvolvimento humano, econômico e social, e é por isso que essas áreas são relevantes, estratégicas, do ponto de vista do Estado e das políticas públicas. O conjunto de ativos culturais, considerados como marcos civilizatórios, é importante para a construção de um país desenvolvido, justo, democrático e mais civilizado.

Dentre as premissas que norteiam o atual trabalho da Secretaria está, em primeiro lugar, a de uma valorização permanente da área e do seu potencial. Muitos brasileiros ainda não compreendem ou enxergam a importância da arte, da cultura e da economia criativa para o desenvolvimento do país. E é para aumentar esse coeficiente de legitimidade junto aos agentes políticos e à sociedade que essa valorização permanente se faz necessária.

A partir dessa premissa, desdobra-se a da valorização das políticas culturais e do papel do Estado na área, esse último muito questionado nos últimos anos. Por isso, a partir de pesquisas, é importante esclarecer os benefícios reais dessa intervenção, bem como das instituições culturais do Estado, entendendo-as como estruturantes, pois realizam um trabalho contínuo e permanente junto à sociedade. A economia criativa é uma das áreas de maior crescimento percentual nos últimos anos e deve ser valorizada e pensada estrategicamente junto às outras áreas da economia do país.

Procura-se fortalecer e valorizar as instituições como espinha dorsal das ações, independentemente de orientações, que podem mudar periodicamente – política pode mudar de orientação, os programas podem ser criados e depois extintos, cada gestão pode dar mais ênfase a um aspecto ou a outro, mas as instituições permanecem, devem portanto ser fortalecidas e valorizadas, porque elas são a nossa espinha dorsal.

¹ Economia criativa é um conceito que diz respeito a um conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. A indústria criativa estimula a geração de renda, cria empregos e produz receitas de exportação, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Informações adicionais na Carta Cultural Iberoamericana, disponível em: <http://culturasiberoamericanas.org/carta_cultural_portugues.php>. Acesso em: 21 jan. 2020.

O PAPEL DA ECONOMIA CRIATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A economia criativa já movimenta atualmente no mundo o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) da Rússia². Ou seja, se fosse um país, a economia criativa seria um dos dez maiores do mundo, e com potencial gigantesco de crescimento, pois está no cerne da quarta revolução industrial, a da convergência digital, que acelera exponencialmente os processos de desenvolvimento. De acordo com estudos³, a economia criativa possui um crescimento potencial em nível global da ordem de 4,2% ao ano para os próximos cinco anos, valor muito superior à média dos outros setores da economia. As áreas de *games*, cinema, música e vídeo por demanda são as que mais alavancam esse número.

No Brasil, o potencial de crescimento apontado para o setor é de 4,6% ao ano, portanto acima da média da estimativa de crescimento no mundo. A economia criativa responde por 2,64% do PIB brasileiro, gerando mais de R\$ 10 bilhões em arrecadação de impostos e mais de um milhão de empregos. Entre 2012 e 2016 a área cresceu 9,1% ao ano, enquanto a economia do país como um todo encolheu 1,19%.

O Brasil é realmente um celeiro de economia criativa, com um grande potencial, acima do de muitos países. Seu impacto econômico,

² € 1.402.938M em 2018, de acordo com o site Country Economy. Disponível em: <<https://countryeconomy.com/gdp/russia>>. Fontes disponíveis em: <<https://countryeconomy.com/legal/sources>>.

³ NYKO, D., ZENDRON, P. *Economia criativa*. 2018. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16280/1/PRCapLiv214176_Economia%20criativa_compl_P.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

2,64% do PIB
1 milhão de empregos
239 mil empresas e instituições
R\$ 10,5 bilhões em impostos
Potencial de crescimento 2018/2022: 4,6% ao ano
Crescimento entre 2012/2016: 9,1% ao ano
Crescimento da economia brasileira entre 2012/2016: -1,19%

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Cultura e Economia Criativa

NO BRASIL, O POTENCIAL DE
CRESCIMENTO APONTADO PARA O
SETOR É DE 4,6% AO ANO, PORTANTO
ACIMA DA MÉDIA DA ESTIMATIVA DE
CRESCIMENTO NO MUNDO.
A ECONOMIA CRIATIVA RESPONDE POR
2,64% DO PIB BRASILEIRO, GERANDO
MAIS DE R\$ 10 BILHÕES
EM ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS
E MAIS DE UM MILHÃO DE EMPREGOS.
ENTRE 2012 E 2016 A ÁREA CRESCEU
9,1% AO ANO, ENQUANTO A
ECONOMIA DO PAÍS COMO UM
TODO ENCOLHEU 1,19%.

ECONOMIA CRIATIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Cultura e Economia Criativa

3,9% do PIB estadual
330 mil empregos
100 mil empresas e instituições
47% do PIB criativo brasileiro
40% dos empregos do setor no país
41% das empresas do setor no país
50% capital / 50% interior e litoral

humano e social, torna as apostas na área extremamente promissoras. É possível afirmar que em períodos de retração da atividade econômica setores como este puxaram positivamente a economia.

O Estado de São Paulo responde sozinho por 47% do PIB criativo brasileiro, com mais de 100 mil instituições e empresas atuando na área, e cerca de 330 mil pessoas empregadas. As atividades culturais e criativas respondem por 3,9% do PIB estadual. Portanto, em São Paulo, mais do que em qualquer outro lugar, apostar no setor como um vetor de promoção do desenvolvimento é fundamental, inclusive com o reconhecimento da sua capacidade de estimular a economia criativa de outros estados e regiões do Brasil.

Um estudo sobre a relevância dos musicais para a Cidade de São Paulo mostrou que, em 2018, com um custo de R\$ 68 milhões para a produção de 28 musicais que estrearam na capital, foram gerados R\$131,3 milhões em arrecadação de impostos, e um impacto econômico na casa de R\$1 bilhão.

Já um estudo feito pela equipe do Ministério da Cultura demonstrou que a Lei Rouanet teve um impacto econômico de R\$ 49,8 bilhões ao longo de 27 anos⁴. Isso significa que, para cada R\$1 que o Estado deixou de receber em impostos, foi gerado R\$1,59 em PIB, no que pode ser considerado o maior programa de democratização do acesso à cultura já realizado no

⁴ FGV PROJETOS. *Impactos econômicos da Lei Rouanet*. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/projetos-da-rouanet-injetaram-r-49-78-bilhoes-na-economia-em-27-anos/>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

INVESTIMENTO

R\$ 1,2 bilhão
(total em 2019, considerando todas as fontes
e todos os programas e ações)

mundo, com aproximadamente 3 bilhões de ingressos para eventos culturais e espetáculos distribuídos gratuitamente para a população brasileira ao longo da história da lei.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em relação à política cultural de São Paulo, a Secretaria tem como objetivo ser um agente de promoção de crescimento da arte, da cultura e da economia criativa em todas as regiões do estado, igualmente na capital, no interior e litoral. Aliás, nesse sentido, São Paulo é uma exceção aos estados brasileiros de forma geral, que costumam concentrar sua economia criativa na capital. A economia criativa paulista está presente em todas as partes do estado, vindo 50% do seu PIB da capital e 50% do interior e litoral.

Dentre as diretrizes que vêm sendo cumpridas, destaca-se o trabalho de mensuração e avaliação de resultados e de impacto econômico, que no âmbito da Cultura foi historicamente relegado a um segundo plano. É importante também ressaltar o fortalecimento da produção cultural independente, a ampliação do diálogo com as associações representativas do setor, e o modelo de gestão por organizações sociais adotado no estado, um flagrante avanço ao modelo 100% estatal que se pratica em nível federal e em outros estados. São Paulo realmente está muito na frente. Nosso trabalho aqui tem que ser o de fortalecer e aperfeiçoar esse modelo.

Apesar de todo esse investimento cultural por parte do Estado, a cultura pertence ao campo da sociedade civil, e, portanto, não cabe ao Estado dizer o que é ou não cultura, mas criar um ambiente que possibilite o florescimento

da arte e da cultura, respeitando a diversidade e a pluralidade. Os programas e as ações desenvolvidos pela Secretaria buscam alcançar o maior número possível de pessoas e ser um fator de transformação em suas vidas.

Ao longo de 2019 investiu-se aproximadamente R\$1,2 bilhão em arte, cultura e economia criativa no Estado de São Paulo. Dentre os projetos de maior relevância, está o de restauração do Museu do Ipiranga, iniciado em setembro e com previsão de conclusão para janeiro de 2022, a criação do MIS Experience, um museu que se agrega ao já existente Museu da Imagem e do Som (MIS), a inauguração programada para o início de 2020 do Paço das Artes, em Higienópolis, a conclusão e inauguração da Pinacoteca de Botucatu e o restauro do Museu da Língua Portuguesa, com 80% de seu conteúdo renovado.

Dentre os programas de fomento à cultura do estado, o já existente Programa de Ação Cultural (Proac) contou em 2019 com mais de R\$150 milhões. Além disso, foi lançado o Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (Proav SP), com o objetivo de viabilizar o acesso ao crédito de empresas de toda a indústria do audiovisual paulista. A Secretaria alocou R\$ 200 milhões neste programa, em parceria com a Desenvolve SP, a agência de promoção de desenvolvimento do estado.

Portanto, além do fomento indireto, via Lei de Incentivo à Cultura, por meio da renúncia de ICMS e do fomento direto, agora nós temos duas linhas de crédito para empresas do setor e também uma linha de investimento via um fundo de investimento que nós estamos selecionando. É a primeira vez que um estado faz isso por meio de uma agência de desenvolvimento, e os resultados já começam a aparecer. Em cerca de dois meses de funcionamento dessas linhas já há 51 operações aprovadas ou em fase de aprovação, totalizando cerca de 20 milhões de reais, ou seja, 10% dos recursos já foram destinados. Isso vai ser de fato um impulso muito grande no sentido de materializarmos tudo que envolve a missão, a visão, as diretrizes, os princípios e as premissas do trabalho da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

Eduardo Saron



Eduardo Saron é Gestor Cultural há 18 anos, Diretor do Itaú Cultural, Presidente do Conselho de Cultura e Economia Criativa do Governo de São Paulo e Diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo. É conselheiro de 4 instituições como Masp, Bienal de São Paulo, Instituto Cultural do Tribunal de Contas da União, Associação Pró-Dança, SP Escola de Teatro, Museu Judaico e Instituto CPFL.

Uma retrospectiva das políticas culturais brasileiras das últimas décadas nos mostra uma distorção que precisa ser corrigida, especialmente com a análise de que tais políticas foram pensadas sob um grande guarda-chuva, um grande viés, o grande propósito que justificava as ações tinha uma narrativa única: a democratização do acesso. Está alinhado ao processo de redemocratização do país, mas mostra-se insuficiente para o momento atual. Precisamos desconstruir essa narrativa para que possamos entender nosso verdadeiro papel, que deve ir além do consumo, deve incluir a participação ativa da população na vida cultural, incentivando, além da fruição, principalmente a formação na área e o fomento à criação artística.

Essa narrativa focada na democratização do acesso foi determinante, principalmente no início do século XXI, para levar a cultura onde nunca havia chegado antes. Foi como, para a educação, o ciclo de todas as crianças na escola. Democratizar o acesso das crianças à escola foi fundamental. Mas, voltando à cultura... qual é o próximo ciclo? É natural que a questão da qualidade venha à tona com intensidade. Acontece que o mundo da cultura permaneceu no primeiro ciclo, ficando circunscrito a esse propósito. Essa narrativa da democratização do acesso não pode permanecer como nosso propósito maior. Ela é parte de um caminhar, é parte de um ciclo que precisamos vencer.

POLÍTICA CULTURAL DEVE TER A PARTICIPAÇÃO COMO CERNE

Há 72 anos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ já trazia em seu artigo 27 talvez a maior temática que o mundo da cultura precisa perseguir: o direito fundamental de todo ser humano à participação na vida cultural. De lá para cá, vários organismos internacionais desenvolveram a temática da participação. Esse é, a meu ver, o grande eixo, o grande propósito de um desenho de uma boa política cultural, quando é, naturalmente, feita pelo Estado. E que, desde 2015, conta com o reforço transversal de 17 temas humanitários, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A cultura está inserida especialmente nos ODS 8, 10, 11 e 17, que devem servir como prioridade nas políticas públicas internacionais até 2030.

E vale lembrar que nossa Constituição em nenhum momento fala de participação. Ela cita três verbos fundamentais – garantir, apoiar, incentivar –, mas não menciona participar, conceito em torno do qual devemos centrar nossas ações. É preciso encarar essa questão até para dialogar de

¹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos é o documento que estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

maneira mais objetiva, mais consistente, tanto com o mundo da educação quanto com o do fomento à economia criativa. Dialogar inclusive com a própria sociedade para nos reposicionarmos, para entendermos nosso verdadeiro papel e para conquistarmos mais recursos.

Quando construímos toda essa narrativa da democratização do acesso, também nos vimos reféns de uma outra: a narrativa da ferramenta, do instrumento. O mundo da gestão cultural, o mundo das políticas públicas da cultura, era um instrumento para que o artista estivesse em maior conexão com a sociedade, até mesmo através da educação. Essa foi a grande tônica nos anos 1980 e continua sendo a grande tônica hoje. O problema é que quando nos limitamos à questão da democratização do acesso, não percebemos a potência da cultura como espaço de construção da democracia cultural. E aí, mais uma vez, nós dialogamos fortemente com o mundo da educação.

O grande educador Anísio Teixeira, que inclusive dá nome ao Inep, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do qual foi diretor, costumava dizer que a universidade não podia ser um espaço unicamente de transmissão do conhecimento, mas de construção e troca dialética do conhecimento. Ele afirmava que a universidade é um espaço de participação. O que ele criticava, em outras palavras, é que a democratização do acesso à informação não pode ser o grande propósito da universidade.

Da mesma forma que na educação a participação é importante, sendo importante o aluno ser protagonista do seu próprio aprendizado, na cultura perdemos a oportunidade de dialogar de igual para igual se não houver participação. Na medida em que trago o indivíduo à sua participação, eu o transformo como sujeito e transformo o seu entorno.

Tanto educação quanto cultura deveriam ser entendidas como espaços profundos de transformação e de construção da democracia. Mas, infelizmente, as narrativas oficiais do mundo da cultura, nos últimos anos, acabaram por legitimar uma política de “girar a catraca”, fazendo com que a mensuração da eficiência dessas políticas culturais não passasse tanto pela qualidade do conteúdo artístico oferecido ou da participação efetiva da população na sua criação, mas, meramente, pelo número de espectadores, incentivando a cultura da espetacularização.

Com o boom das *commodities*, em 2009, muitos estados brasileiros construíram novos prédios para a cultura amparados por essa mentalidade do espetáculo, e acabaram deixando prédios históricos como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional em situação precária. O planejamento urbano relegou à sorte a preservação de seus espaços patrimoniais clássicos.

Isso aconteceu em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Recife, em Rio Branco, em Porto Alegre e em tantas outras cidades brasileiras. Todos foram

ENFIM, TROCAR O CEP POR
FORMAÇÃO, FOMENTO E FRUIÇÃO
É NOS APROXIMAR DO CAMPO
DA PARTICIPAÇÃO E DIALOGAR
FORTEMENTE COM A EDUCAÇÃO,
NÃO NOS INSTRUMENTALIZANDO
NEM PROCURANDO OS RECURSOS DA
EDUCAÇÃO SÓ PORQUE
SÃO MAIS ALTOS, EM VIRTUDE DOS
TETOS CONSTITUCIONAIS.

construindo novos prédios para a cultura. Por quê? Porque enfatizava e legitimava a democratização do acesso. Mas esqueciam-se dos nossos prédios históricos, do nosso patrimônio. Novos prédios têm seu valor, sem dúvida, assim como o *entertainment* e o acesso a bens culturais, mas essa não pode ser nossa grande métrica. É preciso trocar o CEP, a localização analógica, pelos três Fs: fomento, formação e fruição.

Um país que não tem políticas específicas para a arte dificilmente pode ter políticas culturais eficientes. E no Brasil, por uma questão histórica, o órgão que deveria cuidar das políticas para a arte é a Funarte, que vem sofrendo um processo de sucateamento ao longo dos anos, inclusive com a própria criação do Ministério da Cultura. Se a Funarte está como está, naturalmente a situação do **fomento** não pode estar bem. O outro F diz respeito à importância do investimento na **formação**. Não existe programa de formação no país para o campo da arte e da cultura. Educar para a economia criativa ainda é uma luz no fim do túnel cultural brasileiro. O terceiro F é o da **fruição**. Fruição é acesso, mas é acesso sob o aspecto da construção conjunta e da troca entre o sujeito e o artista a partir do prazer, a compreensão de que ter contato com a arte é acima de tudo experimentar o campo do prazer. As mídias sociais estão aí para proporcionar esse empurrão interacional.

Enfim, trocar o CEP por Formação, Fomento e Fruição é nos aproximar do campo da participação e dialogar fortemente com a educação, não nos instrumentalizando nem procurando os recursos da educação só porque são mais altos, em virtude dos tetos constitucionais.

LITERATURA COMO PEÇA CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO

O Brasil é o país das idiossincrasias. Se, por um lado, nossos índices de proficiência em leitura são baixíssimos, as Bienais do Livro são os eventos culturais que mais atraem público. As pesquisas mostram que pessoas vão a esses eventos porque se referenciam a questões do seu cotidiano. Na última Bienal do Livro, em São Paulo, em onze dias, mais de 700 mil pessoas estiveram presentes, das quais um número considerável de professores. E se verificarmos os livros que mais se destacaram, foram exatamente os que dialogavam com os professores.

Esse é outro tema em que o campo da arte, da cultura e da educação precisam se juntar. A literatura é peça chave para desenvolvermos o país. Mais do que a própria língua portuguesa, a literatura nos ajuda a construir o pensamento crítico sobre a realidade e a contribuir de forma muito mais eficaz para a redução das nossas desigualdades. Se nós da arte, da cultura e da educação não nos juntarmos para cuidar em especial do tema da literatura, da literância, da proficiência, nós teremos hiatos sociais cada vez maiores.

E a situação fica ainda mais crítica quando nos damos conta de que em 2030, daqui a dez anos, o Brasil terá mais pessoas com mais de 60 anos de idade do que com menos de 14 anos. Vamos nos transformar num país de mais velhos antes de conseguirmos conhecimento e informação necessária para enfrentar os tempos desafiadores que se avizinham. Por isso, uma real parceria entre a arte, a cultura e a educação deve ser uma busca incessante dos próximos anos, para que o Brasil possa de fato capacitar sua população para esse mundo tão novo que vem surgindo.



PAINEL

AÇÕES DE GESTÃO

PÚBLICA NA ÁREA

DA EDUCAÇÃO NO

CONTEXTO ESTADUAL



Rossieli Soares da Silva



Rossieli Soares da Silva, Secretário de Estado da Educação de São Paulo, é mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Foi Ministro da Educação do Brasil em 2018, e Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação em 2016. Também foi Secretário de Educação do Estado do Amazonas e atuou como vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação.

Maior rede escolar da América Latina e uma das maiores do mundo, com 3,5 milhões de estudantes, 250 mil funcionários e 91 diretorias de ensino, a rede estadual de educação de São Paulo é, senão a maior, uma das maiores empresas do Brasil em complexidade na área de pessoal e tem papel determinante sobre as políticas educacionais em todo o país. São Paulo tem que ser referência na educação brasileira, o que nos delega grandes responsabilidades e enormes desafios. É preciso transformar São Paulo com coragem para enfrentar as agendas desafiadoras do nosso tempo.

Desde que foi instituído, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), São Paulo sempre apareceu como um dos estados líderes no ranking da educação nacional. Nos últimos anos, entretanto, essa posição vem sendo perdida, e resultados como o do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) vêm mostrando uma grande defasagem na qualidade da educação básica. Precisamos retomar essa liderança na educação, não só porque o estado tem condições para isso, mas porque São Paulo sempre foi o exemplo e o motor do Brasil. O desafio é garantir que São Paulo cresça, pois assim o Brasil cresce junto.

Na área de matemática, segundo o Saresp, os resultados do 9º ano demonstram um conhecimento adequado aos alunos de 6º ano. Já em relação à Língua Portuguesa, os resultados da 3ª série do Ensino Médio indicam uma média de conhecimento adequada a alunos do 9º ano do Ensino



O QUE SIGNIFICA NOSSOS ALUNOS NÃO APRENDEREM O QUE DEVERIAM?

9

Exemplo SARESP

H01 - Identificar a finalidade de um texto, seu gênero e assunto principal



Leia a propaganda e responda à questão

O texto tem a finalidade de:

- a) Comparar a Infraero com a atleta brasileira campeã de saltos olímpicos.
- b) Convencer o leitor de que a Infraero é tão boa quanto a campeã de saltos.
- c) Divulgar o trabalho da Infraero na recuperação dos aeroportos brasileiros.**
- d) Mostrar ao leitor que a campeã de saltos olímpicos é uma atleta perfeita.

45% dos alunos da 3ª série do EM não realizam essa tarefa de leitura.

Fundamental. Ou seja, há uma defasagem média de três anos entre as respectivas séries e os conhecimentos que deveriam acompanhá-las. Isso precisa nos chocar enquanto sociedade. Nós não estamos conseguindo avançar porque nos falta a base, e a base está com a área da educação.

Apesar disso, não podemos deixar de reconhecer os avanços na educação brasileira. Da década de 1990 para cá houve uma melhora muito grande nos indicadores da área. Se no passado a educação atendia a menos de 40% das crianças brasileiras, hoje entre 99,7% e 99,8% das crianças em idade de ingressar na escola estão matriculadas, ou seja, o acesso foi praticamente universalizado.

Mas um dos maiores desafios que a educação no país enfrenta hoje é a grande perda de alunos ao longo dos anos. Apenas um terço dos que entram na escola chega ao Ensino Médio e desse grupo, dois terços se formam com aprendizagem defasada. Além disso, na faixa etária entre 18 e 24 anos, cerca de um terço dos brasileiros não trabalha nem estuda, o que se torna um peso para a sociedade.

Se o acesso está muito melhor, temos que focar atualmente na garantia de que os estudantes têm aprendizagem adequada, de excelência, com a conclusão de todas as etapas da educação básica. Precisamos ser referência em educação para o país. E no longo prazo nós temos que ser reconhecidos também como referência no mundo, inclusive para atrair investimento.



EFICIÊNCIA, FORMAÇÃO E TEMPO INTEGRAL

Dentre os fatores para uma maior eficiência na educação está a gestão baseada em evidência: é preciso conhecer o que está dando certo como política educacional e apostar nisso. Infelizmente, os gestores educacionais no Brasil muitas vezes gastam entre 80% e 90% do tempo com a administração de problemas do dia a dia, em um trabalho quase que de bombeiro, “apagando incêndios”, restando pouco tempo para dedicar ao que seria a essência da educação. Isso vale inclusive para os diretores das escolas, lideranças fundamentais para o bom funcionamento do sistema educacional, de acordo com estudos. Portanto, melhorar a gestão é quesito fundamental para uma educação mais eficiente.

No que tange ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, está na hora de nos voltarmos para a realidade e aceitar a proposta atualmente em discussão de um aumento progressivo da complementação da União ao Fundo, que em tempos de crise não deve ser desprezada. Em momento difícil como o do país atualmente, aumentar a complementação de 12,5% em 2021 chegando a 20% em 2026, representa, sim, um grande gesto do Governo Federal, que deve ser aceito pela área para que possa avançar.

Em que pese a importância de se ter mais recursos destinados à educação, há que se ter mais eficiência na gestão – temos muito espaço para melhorar e reinvestir em educação. Outro pilar fundamental são as pessoas. A infraestrutura é importante, mas sem o professor bem formado,

VALE DESTACAR ALGUNS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM DENTRO DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS EM QUE A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESTÁ TRABALHANDO. UM DELES É O INOVA EDUCAÇÃO, CRIADO COM O PROPÓSITO DE OFERECER NOVAS OPORTUNIDADES PARA TODOS OS ESTUDANTES DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

não conseguimos avançar em termos de qualidade. Atualmente, a Secretaria está discutindo um documento de uma base de formação continuada para os professores do Estado de São Paulo que vai nortear inclusive as novas propostas da carreira, visto que não faz mais sentido, em pleno século XXI, pensar nas mesmas qualificações profissionais de décadas atrás. Precisamos sair da zona de conforto e avançar nesse quesito.

Também prioritário é o progressivo aumento das escolas de tempo integral – que em grande parte dos países considerados de primeiro mundo é o que se chama simplesmente de escola. No Brasil, há que se olhar para o exemplo do Estado de Pernambuco, que em 2019 atingiu 60% das matrículas de alunos em escolas de tempo integral.

NOVOS PROGRAMAS NA EDUCAÇÃO PAULISTA

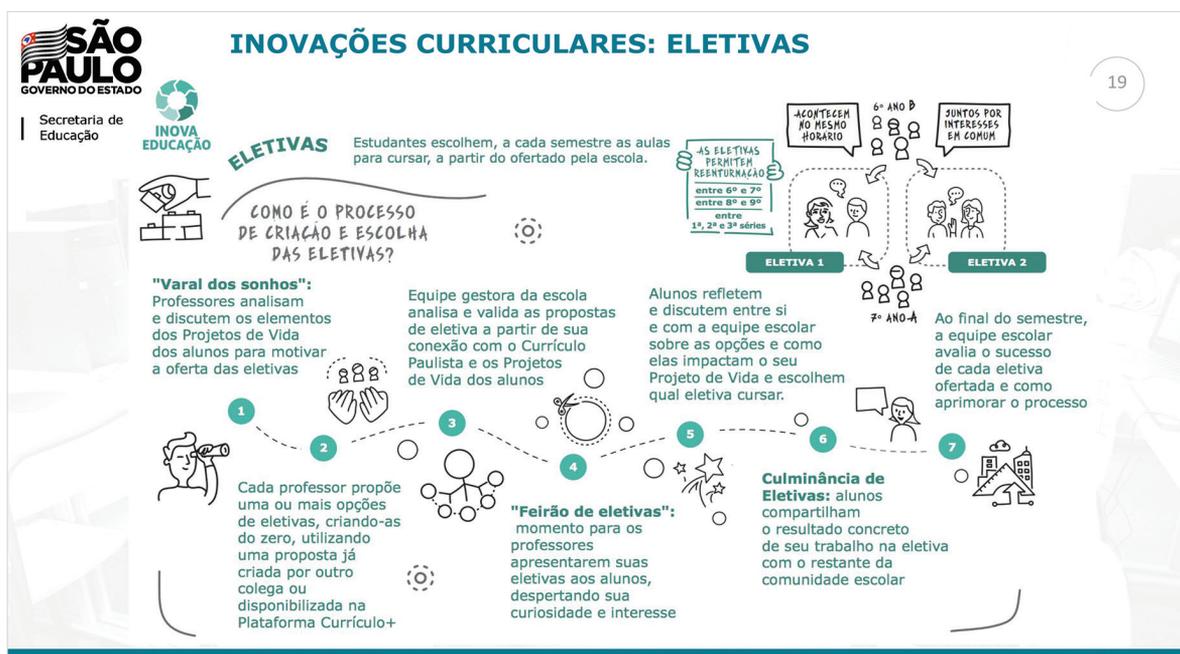
Vale destacar alguns programas de aprendizagem dentro dos projetos prioritários em que a Secretaria da Educação está trabalhando. Um deles é o Inova Educação, criado com o propósito de oferecer novas oportunidades para todos os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. O Programa traz inovações para que as atividades educativas sejam mais alinhadas às vocações, desejos e realidades de cada um. Novidades essenciais para promover o desenvolvimento intelectual, emocional, social e cultural dos estudantes, como reduzir a evasão escolar, melhorar o clima nas escolas, fortalecer a ação dos professores e criar novos vínculos com os alunos.



O Inova Educação atua através de disciplinas como a de projeto de vida, em que se trabalham as perspectivas futuras dos alunos e suas capacidades de organização e compromisso com a comunidade, e também eletivas como empreendedorismo, educação financeira, economia criativa e teatro. Além disso, o projeto propõe um maior uso das tecnologias como robótica, programação e o uso das mídias digitais como ferramentas de aproximação dos jovens com o mundo contemporâneo. É preciso dialogar com o jovem desde o 6º ano para que se diminua a chance de abandono e aumente a chance de aprendizagem desse aluno.

A escola não está mais conseguindo se conectar com os jovens, isso precisa mudar. Pesquisas demonstram que os jovens de hoje ouvem mais os youtubers do que os próprios pais e professores. Por isso, esse processo de trazer elementos inovadores para dentro da escola é essencial, para que esses jovens possam voltar a se integrar com suas escolas. A tecnologia aí tem papel fundamental, desde que trabalhada junto com as disciplinas eletivas, focando especialmente as competências híbridas, o pensamento crítico e a criatividade.

Muitas dessas disciplinas eletivas que estão sendo instituídas na rede estadual de São Paulo já vinham sendo ministradas em escolas de tempo integral pelo estado, e foram inspiradas nesse modelo. Os professores dessas novas disciplinas certamente serão os mesmos com os quais a rede já conta, o que fortalece ainda mais a importância de uma formação continuada de qualidade, dada pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa



Souza (Efape), através de ciclos periódicos divididos nos módulos básico e aprofundado.

Com as mudanças trazidas pelo projeto, cinco novos tempos de aula serão acrescentados ao currículo, e, para que tudo se encaixe, o tempo regular das aulas passará de 50 para 45 minutos. Isso não acarretará nenhuma perda, já que o efetivamente utilizado para aprendizado é cerca de metade desse tempo. A ideia é, portanto, trabalhar melhor a eficiência também do tempo de ensino.

Finalmente, cabe ressaltar a importância da valorização dos professores em termos de formação, remuneração e de sua própria presença em sala de aula, tanto por parte da sociedade quanto dos próprios professores, que muitas vezes são os primeiros a falar negativamente da própria carreira. Precisamos resgatar o brilho no olho, o orgulho, o entusiasmo. Mesmo que a carreira ainda não seja a mais atrativa, que o salário seja desafiador, é fantástico poder ser professor e alfabetizar uma criança, por exemplo. Se nós não recuperarmos a admiração da nossa sociedade com respeito aos nossos professores, e também do próprio professor com respeito à sua profissão, não vamos avançar. Está na hora de mudarmos isso como sociedade.

Claudia Costin



POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XXI

Claudia Costin é Fundadora e Diretora Geral do FGV CEIPE – Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Também é professora universitária, tendo atuado em distintas instituições de ensino superior no Brasil, como PUC-SP, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e INSPER. Coleciona igualmente experiências em universidades estrangeiras, como na Universidade de Harvard, onde foi recentemente professora visitante, e na École Nationale d'Administration Publique, em Québec. Foi Diretora Global de Educação do Banco Mundial, secretária de Educação do município do Rio de Janeiro e integrou também a Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma agência das Nações Unidas. É articulista da Folha de São Paulo.

Para falar de políticas educacionais no século XXI, é preciso, antes de mais nada, lembrar o compromisso assumido pelo Brasil de assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030. O compromisso faz parte dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, e que foram também assumidos por outros 193 países.

O ODS 4, específico para a Educação, desdobra-se em várias metas, dentre as quais se destaca uma que preconiza que todas as crianças e jovens dos países signatários possam concluir os ensinos Fundamental e Médio até 2030, com qualidade, sendo qualidade de ensino definida por resultados de aprendizagem relevantes e efetivos.

Outro compromisso que assumimos como país até 2030, dentro do ODS 4, é o de aumentar de forma expressiva o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas tanto para empregabilidade quanto para empreendedorismo. Nesse ponto estão incluídos os jovens e adultos que abandonaram a escola e desistiram de estudar, e que não serão deixados para trás pelas políticas públicas.

PROBLEMAS NA APRENDIZAGEM

Frente a isso, como estão nossos resultados em educação? A partir dos últimos dados disponíveis do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2017, vemos que os problemas de aprendizagem dos jovens brasileiros começam desde cedo, já na alfabetização.

NOVOS OBJETIVOS GLOBAIS PARA 2030



THE GLOBAL GOALS
For Sustainable Development

ODS 4 – PARA A EDUCAÇÃO

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

COMO ESTAMOS HOJE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA?

- Problema começa cedo: 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, estão em níveis insuficientes de leitura e em Matemática, são 54,4%(ANA-2016).
- No 5º ano, 60,7% aprenderam o adequado em Português e 48,9% em Matemática.
- No 9º ano, 39,5% dos alunos aprenderam o adequado em Português e 21,5% em Matemática.
- Só 21,9% dos jovens de 3º ano do EM aprenderam o suficiente em Português e 9,1% em Matemática.

Segundo a Avaliação Nacional de Alfabetização de 2016, praticamente 55% das crianças da rede pública, onde estão matriculados 81,7% dos alunos brasileiros, saem analfabetas do 3º ano do Ensino Fundamental. Estamos falando de crianças com 9 anos de idade, enquanto as boas escolas particulares estão alfabetizando já na pré-escola. Isso é gravíssimo. É o início do nosso apartheid educacional, que depois disso só vai crescer.

No 5º ano, menos de 50% do contingente de alunos aprende o adequado em matemática, e no 9º ano só 21,5%. Em português, esse percentual de alunos no 9º ano que aprende o adequado é de cerca de 40%. Daí até o último ano do Ensino Médio parte dos jovens abandona a escola e deixa de estudar. Dos que permanecem até o final, apenas 21,9% aprendem o adequado em português, e 9,1% em matemática. Mas os problemas do Ensino Médio resultam de acúmulos de insuficiências de etapas anteriores de escolaridade, embora o reduzido tempo de aula, para um número exagerado de disciplinas, agregue dificuldade na garantia de uma aprendizagem compatível com a etapa.

Esses dados sobre aprendizagem são importantes porque, quando falamos de políticas educacionais no século XXI, temos que lidar também com problemas remanescentes do século XX. Afinal, no Brasil, não temos escolha: temos que dar conta de competências novas e antigas ao mesmo tempo.

Apesar do grave quadro aqui descrito, avançamos muito, especialmente em acesso, e isso não pode ser menosprezado. É preciso lembrar que, apesar do número reduzido de alunos nas escolas nos anos 1960, a partir dos anos 1990 foi feito um trabalho incrível de se universalizar o acesso ao Ensino Fundamental no país. O que ainda não foi universalizado foi a conclusão dos estudos, mas houve avanços claros.

Desde que começou a participar do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil tem mostrado melhoras nos três que- sitos avaliados – leitura, matemática e ciências, especialmente de 2003 a 2012. São aumentos pequenos, mas podemos celebrar o fato de que, em meio a uma grande ampliação no contingente de alunos, obtivemos avanços em aprendizagem. Entretanto, no último PISA, 43% dos alunos ainda não conseguiram chegar a um nível de proficiência mínima em nenhuma das três áreas de aprendizagem. Portanto, prosseguir focando em aprendizagem, em reter o aluno que está dentro da escola e em buscar os que estão fora, é o que se tem de fazer no Brasil.

Outro ponto que chama atenção na análise dos dados é o de que mesmo os estudantes mais ricos foram mal nas avaliações, ficando abaixo dos 25% mais pobres de vários países. Isso demonstra que não é o caso de considerar a escola dos alunos mais afluentes um sucesso e a dos mais pobres um desastre. Há problemas nas duas. O que há de comum entre as duas realidades é a mesma baixa atratividade da carreira docente e a inadequada formação que os professores recebem na universidade, excessivamente teórica e divorciada da realidade da sala de aula. A formação dos nossos docentes precisa ser aprimorada, com maior diálogo entre teoria e prática, como corretamente recomendou o Conselho Nacional da Educação em parecer homologado em dezembro de 2019, no que se tornou a Nova Base Nacional Docente, que complementa a Base Nacional Comum Curricular.

DESAFIOS DO TERCEIRO MILÊNIO

Dentre os desafios que o futuro traz para o Brasil e que devem ser enfrentados pela Educação estão a automação e a robotização ou a chamada

COMO ESTAMOS HOJE FRENTE A OUTROS PAÍSES

- Jovens de 15 anos- PISA: Brasil melhorou na pontuação nas 3 áreas mas continua com desempenho ruim. Está entre os 20 piores países, mas acima de Argentina, Colômbia e Panamá (entre outros). Em 54ª posição.
- 43% não conseguiram atingir um nível de proficiência mínima em nenhuma das habilidades avaliadas. (países da OCDE -13%)
- Os mais ricos da amostra brasileira no PISA tiveram desempenho melhor, mas pior que os 25% mais pobres de vários países ou economias.
- Carreira de professor pouco atrativa.
- Formação de professores no Ensino Superior muito teórica, centrada nos pilares da Educação e não na preparação para uma profissão.

TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO NO MUNDO

- Foco em resolução colaborativa de problemas e em criatividade.
- Personalização do ensino.
- Flexibilização dos currículos e interdisciplinaridade.
- Ensinar a pensar, cultura digital (5) e aprendizado profundo.
- Competências cognitivas associadas a competências socioemocionais.
- Protagonismo do aluno (formar para a autonomia e para a cidadania global).

 **FGV EBAPE**
CENTRO DE EXCELÊNCIA
E INOVAÇÃO EM POLÍTICAS
EDUCACIONAIS

quarta revolução industrial, que vem extinguindo, de forma acelerada, postos de trabalho. Com isso, desenvolver apenas competências básicas nos alunos não será mais suficiente, precisaremos formar os jovens de outra maneira.

A grande tarefa da escola hoje é ensinar a pensar, ou seja, dotar os alunos de habilidades como pensamento sistêmico, análises mais aprofundadas em diferentes domínios de saber e ajudá-los a desenvolver competências socioemocionais, pois dificilmente as máquinas poderão substituir pessoas com este preparo.

Para que o Brasil possa vencer esse desafio, o foco, no processo de ensino, deveria ser em resolução colaborativa de problemas com criatividade. Essa é uma das principais tendências verificadas nos países com sistemas educacionais mais bem desenvolvidos. Os robôs ainda não sabem ter criatividade. Nem conseguem colaborar para resolver problemas que não sejam operacionais. Colaboração é, portanto, a palavra de ordem para todos que lidam com educação hoje.

A personalização do processo de ensino é outra questão importante, assim como o foco nas competências digitais. Dentre as novidades positivas que a tecnologia trouxe está o uso das plataformas adaptativas, que já estão sendo utilizadas em boas escolas particulares no país, para identificar problemas específicos de aprendizagem e permitir-lhes superar suas dificuldades.

Há que se ressaltar, sobretudo, o protagonismo do aluno tanto no seu processo de estudo quanto em uma atuação transformadora. É importante formar para autonomia, para uma maior consciência de que cabe a ele responsabilizar-se pela concretização de seus sonhos e ser, ao mesmo

A PERSONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE
ENSINO É OUTRA QUESTÃO
IMPORTANTE, ASSIM COMO O FOCO
NAS COMPETÊNCIAS DIGITAIS.

DENTRE AS NOVIDADES POSITIVAS QUE
A TECNOLOGIA TROUXE ESTÁ O USO
DAS PLATAFORMAS ADAPTATIVAS, QUE
JÁ ESTÃO SENDO UTILIZADAS EM BOAS
ESCOLAS PARTICULARES NO PAÍS,
PARA IDENTIFICAR PROBLEMAS
ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM
E PERMITIR-LHES SUPERAR
SUAS DIFICULDADES.

tempo, participante ativo nas múltiplas comunidades interconectadas em que está inserido.

Em 2019, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou um estudo¹ sobre o protagonismo do jovem no processo de ensino, de cuja redação tive oportunidade de participar. Esse trabalho mostra que quando os estudantes são agentes de seu aprendizado, isto é, quando assumem um papel ativo nas decisões sobre o quê e como vão aprender, eles tendem a mostrar maior motivação e definem melhor os objetivos da sua aprendizagem. Esses alunos também aprendem a aprender, uma competência valiosa que usarão ao longo de toda vida.

Precisamos nos inspirar mais nisso. Já que os robôs vão ocupar nosso espaço, deveríamos ensinar mais o que nos diferencia deles: qualidades como a curiosidade, a criatividade e a imaginação, de que somente nós humanos somos dotados.

Acredito numa escola em que todos aprendam, em que se possa construir excelência com equidade, com altas expectativas para todos. Numa escola em que tanto os professores quanto os alunos trabalhem colaborativamente, e na qual o aluno aprenda a se reinventar. Numa escola em que os saberes não estejam fragmentados; em que se ensine a pensar; em que se reconheça saberes adquiridos no trabalho; e em que se reserve tempo e espaço para se formar para a autonomia. O velho sonho de John Dewey², de Maria Montessori³ e, com muita honra falo, do nosso Paulo Freire⁴.

¹ *OECD Future of EDUCATION AND Skills 2030, Concept note: Student Agency for 2030*, OECD, 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/2030-project/teaching-and-learning/learning/student-agency/Student_Agency_for_2030_concept_note.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.

² A pedagogia de John Dewey (1859-1952) está ligada a um ideal democrático que visa a dar aos estudantes os meios e o caráter necessários para participar da vida pública e social. No Brasil, inspirou o movimento da Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, que considera a atividade prática e a democracia importantes ingredientes da educação. Site Nova Escola, disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-a-pratica-em-foco>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

³ A educadora, médica e pedagoga italiana Maria Tecla Artemisia Montessori (1870-1952) é conhecida mundialmente pelo método educativo que destaca a importância da liberdade, da atividade e do estímulo para o desenvolvimento físico e mental das crianças. Para ela, liberdade e disciplina se equilibrariam, não sendo possível conquistar uma sem a outra. Wikipédia, disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Montessori#cite_note-1>. Acesso em: 29 jan. 2020.

⁴ Na vida e a obra de Paulo Freire (1921-1997), o diálogo é conceito-chave e prática essencial. Seu método de alfabetização “propõe e estimula a inserção do adulto iletrado no seu contexto social e político, na sua realidade, promovendo o despertar para a cidadania plena e transformação social”. Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/PauloFreire/pensamento/01_pensamento_o%20metodo_paulo_freire.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.

Katia Smole



Katia Smole é Diretora do Instituto Reúna e fundadora do Grupo Mathema e integrante do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Foi Secretária de Educação Básica (SEB) do MEC e conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE). Doutora em Educação, tem mais de 20 anos de atuação na área. Também atuou na revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, aprovação da etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e em ações em regime de colaboração com Consed e Undime para a elaboração dos currículos referenciais a partir da BNCC.

No contexto educacional brasileiro, nos desafios que se apresentam diante da revolução da chamada educação 4.0¹ e do que vier a partir dela, a palavra central é aprendizagem. Aprender o certo na idade certa é crucial. E a política mais diretamente relacionada com aprendizagem, na qual devemos depositar não só nossa esperança, mas a nossa ação e a nossa defesa, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)² e sua implementação efetiva. Com essa política, temos instrumentos poderosos para, pela primeira vez, criar neste país um sistema coerente de educação.

Apesar de ter ocupado a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e ter ajudado a construir a Base e a reforma do Ensino Médio, o que eu sou de verdade é professora. Sou de uma família de classe média baixa e sei o que é estudar numa escola pública porque sou filha dessa escola no Estado de São Paulo.

Vimos aqui dados importantes sobre a situação da educação brasileira. Esses dados são fruto da cultura de avaliação que se implantou e hoje é dominante em nosso sistema educacional. Ter avaliação foi uma evolução, sem dúvida, trouxe muita luz. A implementação de avaliações estruturadas nas últimas décadas permitiu que se conhecessem os dados concretos da educação brasileira. Entretanto, tenho dúvida se nós não estamos exagerando, se não estamos curvando demais a vara.

É preciso que haja um cuidado em relação a um excesso de avaliações. Em determinados lugares são feitas avaliações estaduais, municipais e ainda as do terceiro setor, o que pode acabar sobrecarregando os alunos e as escolas. Nós já temos dados suficientes vindos do Saeb³, o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Talvez precisemos de alguma avaliação extra para fazer um ajuste específico numa rede, mas quatro avaliações no mesmo período é um excesso. Devemos ter menos avaliações, mas utilizar melhor os dados para planejarmos boas intervenções a partir deles visando avanços na aprendizagem de todos.

O avanço mais importante hoje está na BNCC. A Base eleva a régua das expectativas de aprendizagem e traz inovações fundamentais, entre elas a

.....
¹ Educação 4.0 diz respeito à abordagem educacional e ao conjunto de estratégias a serem adotadas visando a contemplar as necessidades da chamada Quarta Revolução Industrial, termo cunhado pelo economista alemão Klaus Schwab para descrever a nova onda de avanços tecnológicos advindos da era digital.

² A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo para as escolas públicas e privadas do país, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para todas as etapas da educação básica. Isso significa que o planejamento escolar da educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio de todas as instituições terão os mesmos direitos e objetivos básicos de aprendizagem. Mais informações no site da Base Nacional Comum Curricular, disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

³ De responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Saeb é composto por três avaliações externas, aplicadas em larga escala e que têm como principal objetivo diagnosticar a Educação Básica do Brasil e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

AS DEZ COMPETÊNCIAS GERAIS
ESTABELECIDAS NA BASE,
QUE DEVERÃO SER TRABALHADAS
AO LONGO DE TODO O PERCURSO
ESCOLAR, VISAM A AUXILIAR
OS ESTUDANTES A LIDAR COM
QUESTÕES EMOCIONAIS, CULTURAIS,
TECNOLÓGICAS, SOCIOAMBIENTAIS,
DE RESPONSABILIDADE E CIDADANIA,
ENTRE OUTRAS. SÃO COMPETÊNCIAS
QUE FALAM DA FORMAÇÃO INTEGRAL
DO ALUNO AO LONGO DE TODA
SUA VIDA NA ESCOLA.

progressão de aprendizagens. Talvez seja a primeira vez que nós tenhamos ao longo da história na educação brasileira não necessariamente um currículo, uma proposta, um documento que fale de aprendizagem, mas um documento que trate da progressão de aprendizagens na educação básica, incluindo todas as etapas, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Isso é uma grande novidade.

As dez competências gerais estabelecidas na Base, que deverão ser trabalhadas ao longo de todo o percurso escolar, visam a auxiliar os estudantes a lidar com questões emocionais, culturais, tecnológicas, socioambientais, de responsabilidade e cidadania, entre outras. São competências que falam da formação integral do aluno ao longo de toda sua vida na escola. Outra importante inovação trazida pela BNCC.

A BNCC também pode ajudar muito na correção das distorções idade/série ainda muito presentes no nosso país. O seu grande valor está em dizer clara e corajosamente que existe uma progressão de aprendizagem. É necessário que o aluno passe pela escola e aprenda o que é certo na idade certa, não por sorte, não porque pegou um professor com mais preparo pedagógico, ou porque deu certo de estar numa escola privilegiada, mas porque é direito. Ele pode saber mais do que está na Base, mas não pode saber menos.

Quando digo que a Base Nacional Comum Curricular é instrumento poderoso para a criação de um sistema coerente de educação pela primeira vez no país, quero frisar também a importância de haver hoje material didático alinhado a ela e aos currículos referenciais estaduais e municipais, que foram recentemente aprovados após um grande esforço do Ministério da Educação.

Nós demos um passo enorme com a formação inicial de professores e agora precisamos investir em formação e avaliação continuada. A BNCC traz um importante desafio em relação ao Ensino Médio, especialmente no quesito interdisciplinaridade. Projeto de vida, por exemplo, é algo transversal a todos os componentes curriculares, uma proposta muito mais de trabalhar por área de conhecimento. Qual é o professor que está formado para isso?

E, finalmente, a BNCC propõe um sistema coerente com o alinhamento de currículo, material didático, formação inicial e continuada de professores e avaliação, não só avaliação de escala, como também a avaliação formativa e continuada que se faz nas escolas.

Este é o grande desafio da política educacional brasileira agora: fazer com que a Base Nacional chegue, mas chegue de maneira coerente, um sistema alinhado e não em partes, esquartejado, porque se for assim nós não vamos avançar naquilo que é fundamental: fazer com que todos aprendam bem, com qualidade, independente da escola na qual estudem. Por sorte eu tive professores que fizeram a diferença. Mas eu queria que não dependesse de sorte. Este é o sonho que eu tenho para todas as escolas no Brasil.



PAINEL

POLÍTICAS PÚBLICAS

BASEADAS EM

EVIDÊNCIAS:

O PISA 2018



Maria Helena Guimarães de Castro



Maria Helena Guimarães de Castro é socióloga e professora aposentada da UNICAMP. Atual Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), foi Presidente da Comissão de Formação de Professores do Conselho e também preside a ABAVE (Associação Brasileira de Avaliação Educacional). É Embaixadora do PISA para Escolas no Brasil. Foi Secretária Executiva do Ministério da Educação e presidente do Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular/BNCC; foi Secretária Estadual de Educação de São Paulo e membro do Conselho Estadual de Educação de SP. Foi presidente do INEP de 1995 a 2002, sendo responsável pela reformulação do SAEB, implantação do ENEM e do Provão, organização do Sistema de Estatísticas Educacionais e implantação do PISA no Brasil. Participa do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular e do Todos pela Educação. É membro da Academia Brasileira de Educação e da Academia Paulista de Educação.

Minha mensagem é de que há esperança ante as dificuldades que nosso país enfrenta em relação ao aprendizado das crianças. A esperança está na Base Nacional Comum Curricular¹, na Reforma do Ensino Médio, na Base de Formação de Professores e no Programa de Formação Continuada. Fatores que estão muito articulados e, somados ao que se desenvolveu de bom no país nos últimos anos, terão impacto realmente importante na educação se forem bem implementados.

Considerado o maior líder educacional do mundo na atualidade, Andreas Schleicher, Diretor Mundial de Educação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), define o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), na prática, como aquele que avalia se os estudantes são capazes de entender plenamente um texto, além de formular, interpretar e empregar conhecimentos matemáticos em diferentes contextos e também compreender conceitos, dados e fenômenos científicos que lhes possibilitem engajar-se na sociedade como ‘cidadãos letrados’.

Esse resumo de Schleicher nos permite entender com facilidade que as avaliações brasileiras estão completamente defasadas, não estão medindo minimamente as competências básicas dos alunos. Como exemplo dessa defasagem, vale destacar que hoje todas as avaliações ao redor do mundo combinam itens fechados com perguntas abertas. No caso do PISA, metade da avaliação é feita com perguntas abertas. Mas os alunos brasileiros não estão acostumados a responder questões discursivas, sendo treinados, de forma geral, apenas a responder testes de múltipla escolha.

A última atualização da matriz do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é de 2005, enquanto a avaliação da matriz do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), feita em 2009, foi uma adaptação da matriz do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), do ano 2002. Além de muito desatualizadas, essas avaliações tornaram-se, de maneira equivocada, referências para os currículos dos Ensinos Fundamental e Médio, respectivamente. A Base Nacional Comum Curricular brasileira está muito mais alinhada com o PISA do que com as avaliações nacionais. Daí a importância de sua implementação.

¹ A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo para as escolas públicas e privadas do país, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para todas as etapas da educação básica. Isso significa que o planejamento escolar da educação infantil, do ensino fundamental e médio de todas as instituições terão os mesmos direitos e objetivos básicos de aprendizagem. Mais informações no site da Base Nacional Comum Curricular, disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

OSCILAÇÕES NOS RESULTADOS EDUCACIONAIS EM TODOS OS PAÍSES

Com base no PISA, a análise oficial da OCDE é a de que há muita oscilação de resultados em todos os países. Alguns, tradicionalmente reconhecidos como líderes da educação mundial, como Finlândia, Nova Zelândia, Austrália e Coréia do Sul, vêm apresentando pioras do ano 2000 para cá. O Chile e Portugal também tiveram quedas de 2015 para 2018. Ainda assim, Portugal é um país que tem melhorado em todas as áreas e chama a atenção hoje pela qualidade e pela rapidez das mudanças curriculares implantadas.

O Brasil vem apresentando pequenas melhoras nas avaliações do PISA e teve avanços na educação, apesar dos problemas com as avaliações nacionais. Nos últimos resultados divulgados, o país pela primeira vez subiu para o nível 2 de leitura, saindo, assim, da faixa de proficiência considerada insatisfatória pelo programa. Nesse nível, os estudantes identificam a ideia principal, conseguem compreender o que estão lendo, refletem sobre essa ideia e podem fazer articulações. Metade dos nossos alunos está no nível 2. Entretanto, apenas 2% dos estudantes brasileiros estão nos níveis 5 e 6 de leitura, nos quais conseguem interpretar textos de alta complexidade e fazer todas as articulações entre diferentes tipos de texto.

Em matemática, 32% atingiram o nível 2, que abrange conceitos básicos como comparar distâncias entre duas alternativas de estrada ou fazer conversão de preços. E somente 1% dos estudantes chegou ao nível 5, em que conseguem resolver problemas complexos e desenvolver estratégias. A média da OCDE nesse nível é de 11% dos alunos.

	LEITURA						Média OCDE 487	
	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018	
BRASIL	396,03	402,80	392,89	411,75	406,53	407,35	413,00	
CHILE	409,56	NA	442,09	449,37	441,40	458,57	452,00	
PORTUGAL	470,15	477,57	472,30	489,33	487,76	498,13	492,00	
FINLANDIA	546,47	543,46	546,87	535,88	524,02	526,42	520,00	
KOREA	524,75	534,09	556,02	539,27	535,79	517,44	514,00	

Em ciências, a situação é semelhante: 45% dos nossos estudantes atingiram o nível 2, que é o mínimo. Reconhecem um fenômeno, conseguem explicá-lo, refletir sobre ele e dizer em qual contexto esse fenômeno se aplica. E somente 1% dos alunos consegue aplicar os conhecimentos de ciências em situações diversificadas.

Além disso, há outros pontos de atenção que o PISA nos mostra. Um deles é que mesmo os nossos alunos mais ricos, menos desfavorecidos, que estudam em escolas melhores, representam muito pouco perto da média da OCDE nos níveis 5 e 6 de leitura, de 16%. Na China, essa média é de 52%.

E esses alunos de maior nível socioeconômico têm resultados inferiores aos dos estudantes mais pobres de 11 países, como Singapura, Finlândia e Canadá, dentre outros. Também é muito preocupante que 43% dos estudantes brasileiros estejam abaixo do nível 2. Precisamos nos preparar melhor para o próximo PISA e para o futuro.

INDISCIPLINA, ABSENTEÍSMO, SOLIDÃO E SEGREGAÇÃO SÃO MARCAS

O Brasil é um dos países que mais se destacam pelo barulho e indisciplina na sala de aula. Os professores demoram muito tempo para colocar ordem na sala e fazer os alunos prestarem atenção, dificultando o aprendizado. Há uma constante falta de atenção e de respeito, que não podem ser confundidos com participação ou protagonismo. A queixa é comum entre os próprios estudantes.

Outro problema é o absenteísmo e o sentimento de solidão. É alta a proporção de brasileiros que se sentem muito sozinhos, sem ter interlocução na escola. Um em cada dez estudantes de baixa renda com bom desempenho não acredita que vai conseguir completar o Ensino Superior.

E o pior dos resultados é que o Brasil está no grupo com a maior segregação entre as escolas. Somos um dos países mais desiguais do ponto de vista educacional do mundo. Isso é muito preocupante, além de triste. Essa segregação é algo que precisamos combater, porque ela é excludente e impede a melhoria do aprendizado.

Apesar desses graves problemas, não podemos esquecer os pontos positivos. Conseguimos incluir todas as crianças e jovens na escola, praticamente. O Brasil foi o país que mais colocou gente de 15 anos cursando o primeiro ano do Ensino Médio em todo o mundo. Vale explicar que o PISA avalia alunos com 15 anos, no máximo com 16 anos e um mês. Porque em todos os países da OCDE e da Europa a educação obrigatória vai até essa idade ou até o décimo ano. Esse é um ponto importante e que mostra a relevância do esforço brasileiro.



MUDANÇA DE PARADIGMA: AS NOVAS COMPETÊNCIAS AVALIADAS

Dentre as mudanças de paradigma na educação que o PISA já avalia, e que tem grande ligação com as dez competências gerais estabelecidas pela nova Base Nacional Comum Curricular, cabe salientar algumas. Em primeiro lugar, o protagonismo.

É preciso sair da cultura de um aluno passivo para um aluno ativo; de um aluno tutelado para um aluno engajado; de um aluno monitorado para um aluno que sabe que ele é relevante, que tem o que dizer e sabe aprender. Sair de um ensino padronizado para um ensino criativo; de um aprendizado dependente para construir a autonomia do aluno; de um ensino fechado para uma sala de aula cada vez mais questionadora; de um ensino individualista para o colaborativo; e do ensino irrelevante para algo com aplicação prática.

O infográfico da OCDE e do PISA para 2030 mostra bem o conceito de competências, que busca entrelaçar conhecimentos, habilidades e atitudes do mesmo jeito que a BNCC faz. Para a OCDE, o conhecimento é visto em quatro áreas: disciplinar, interdisciplinar, epistêmica e procedimental. Da mesma forma, todas as habilidades devem ser igualmente desenvolvidas, tanto as cognitivas e metacognitivas como as sociais e emocionais, físicas e práticas. Também há uma ênfase nos valores transmitidos, no fortalecimento nos valores, na cultura e nas emoções dos estudantes.

As novas metodologias de aprendizagem e o foco na formação dos professores são os grandes tópicos hoje destacados pelos estudiosos e

É PRECISO SAIR DA CULTURA DE UM ALUNO PASSIVO PARA UM ALUNO ATIVO; DE UM ALUNO TUTELADO PARA UM ALUNO ENGAJADO; DE UM ALUNO MONITORADO PARA UM ALUNO QUE SABE QUE ELE É RELEVANTE, QUE TEM O QUE DIZER E SABE APRENDER. SAIR DE UM ENSINO PADRONIZADO PARA UM ENSINO CRIATIVO; DE UM APRENDIZADO DEPENDENTE PARA CONSTRUIR A AUTONOMIA DO ALUNO; DE UM ENSINO FECHADO PARA UMA SALA DE AULA CADA VEZ MAIS QUESTIONADORA; DE UM ENSINO INDIVIDUALISTA PARA O COLABORATIVO; E DO ENSINO IRRELEVANTE PARA ALGO COM APLICAÇÃO PRÁTICA.

profissionais da educação no mundo. Aprendizagem por projeto e experimentação, resolução de problemas desafiadores, *games*, empreendedorismo, responsabilidade social, protagonismo do aluno, multilinguagens, e atividades do mundo real são os itens essenciais da educação contemporânea de ponta. Cada vez mais o ensino está voltado para tecnologias abertas, para pesquisa e para projetos que façam o aluno entender o sentido do que está aprendendo, para o que cada coisa aprendida serve.

Também se fala muito nos quatro “C’s” como fundamentais para os novos tempos: criticidade ou pensamento crítico, criatividade e imaginação, colaboração e comunicação. Portanto, avaliar criticamente informações e argumentos, perceber padrões e conexões, construir conhecimento significativo e aplicá-lo no mundo real, sabendo discernir oportunidades econômicas e sociais e com capacidade de trabalho em equipe são habilidades valorizadas e incentivadas pelo novo modelo educacional.

Para que isso possa ser alcançado, é essencial uma contínua atualização das matrizes das avaliações que possam dar conta das rápidas mudanças pelas quais o mundo vem passando. As novas matrizes para os anos de 2021, 2024 e 2027 do PISA já foram definidas pela OCDE, e cada vez mais a arte entra na avaliação junto com a ciência, a tecnologia, a engenharia e a matemática. O Brasil, que sequer faz avaliações por computador, certamente enfrentará grandes desafios para se adaptar a esse novo tipo de avaliação.

Dentre as recomendações que os países que se destacam na avaliação fazem para um avanço na área estão inovações pedagógicas na formação de professores, a criação de uma rede de boas práticas e o uso mais generalizado da tecnologia, já que hoje os alunos aprendem através de plataformas digitais.

Envolver a criança no ambiente de aprendizagem para que ela possa compreender o sentido do que está aprendendo é outro ponto capital. No lançamento dos resultados do PISA, no Fórum Mundial da Educação, em Paris, falou-se muito nos 3 Ns: números, nomes e necessidades. Por trás de cada número há um nome de estudante com diferentes necessidades que os professores e as escolas precisam atender.

Por fim, vale registrar também que a amostra do Brasil no PISA é de 10.600 alunos, que representam 2 milhões e 600 mil alunos de 15 anos. Desses alunos avaliados no programa, 77% estão no Ensino Médio, quando, pela idade, todos deveriam estar pelo menos no primeiro ano do Ensino Médio. Os demais alunos participantes do PISA estão matriculados nos dois anos letivos anteriores e até mesmo no 7º ano do Fundamental, onde estão exatos 387 alunos. Esse atraso escolar precisa ser combatido, para que ninguém fique para trás e para que todos possam ter iguais condições de aprender.

O que o Brasil vai fazer agora para preparar nossos estudantes para o futuro, para o próximo PISA, para o futuro da educação, para 2030? São perguntas que precisamos nos fazer.



PAINEL

INCLUSÃO SOCIAL

DE PESSOAS COM

DEFICIÊNCIA:

CULTURA, EDUCAÇÃO

E LAZER



Priscilla Gaspar



Priscilla Gaspar é mestre em Educação e Currículo pela PUC-SP, 2019. Graduada em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina e em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua como Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Atuou como professora de Libras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE) e é integrante da equipe do Programa de Acessibilidade da Libras (DERDIC).

O empoderamento das pessoas com deficiência é hoje uma realidade. Desde que foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 3 de dezembro de 1992, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e criada uma agenda até 2030, visando o desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável, muito se avançou. Mas os desafios permanecem grandes para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados. Somente com uma maior articulação entre os três níveis de governo, a educação da sociedade para um olhar mais empático em relação às pessoas com deficiência e um melhor entrosamento entre essas pessoas e as entidades que as representam é que se poderá garantir que sua dignidade seja amplamente respeitada.

A partir da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2007, essas pessoas passaram a ser conhecidas como “pessoas com deficiência”, não mais “pessoas deficientes” ou pessoas “portadoras de deficiência” ou “com necessidades especiais”, ou diversos outros nomes.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência como proposta de emenda à Constituição, garantindo a todas essas pessoas uma série de direitos, a respeito dos quais é preciso que nossa sociedade esteja informada.

Hoje, diversos segmentos da sociedade reivindicam ser reconhecidos como pessoas com deficiência, mas, para que os direitos dessas pessoas possam de fato ser garantidos, é preciso que uma avaliação biopsicossocial seja feita. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Universidade de Brasília, finalizou recentemente um instrumento a partir do qual essa avaliação pode ser feita com precisão e indicar se uma pessoa se enquadra como “pessoa com deficiência” e a quais direitos ela terá acesso.

Pessoas com doenças específicas podem não ser consideradas pessoas com deficiência, assim como pessoas que passaram por determinadas cirurgias, ou mesmo que sentem dores crônicas. Na verdade, o conceito biopsicossocial da pessoa com deficiência diz respeito aos impedimentos e barreiras a que essa pessoa está submetida, como as urbanísticas, arquitetônicas, de transporte, comunicacionais, atitudinais ou tecnológicas.

Esse instrumento, se aceito como oficial, criará um cadastro, e fornecerá um certificado para a pessoa com deficiência que dirá a que políticas afirmativas ela terá acesso ou não. Por exemplo, para o acesso ao cinema, ou o direito de adquirir um veículo com isenção de algum imposto. A partir dessa avaliação biopsicossocial, as pessoas não precisarão realizar um novo laudo médico, para acessar a cada uma das políticas.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, que está sendo regulamentada por um grupo de trabalho na Secretaria Nacional dos Direitos da

Pessoa com Deficiência, no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, os equipamentos culturais no país precisam ser acessíveis para pessoas com deficiência. Por exemplo, ser fisicamente acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida, ter audiodescrição para cegos, tradução em Libras para surdos e uma linguagem facilitada para pessoas com deficiência intelectual.

Esse grupo de trabalho também está atuando junto à Agência Nacional de Cinema para que seja incluída audiodescrição e legenda em língua portuguesa e em língua brasileira de sinais em toda a produção dos filmes nacionais.

Em relação à educação, a Constituição garante o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. E a Lei Brasileira de Inclusão prevê a garantia do sistema educacional inclusivo, para que as pessoas com deficiência tenham o direito de optar se seus filhos estudarão em colégios inclusivos ou em colégios especializados.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, regulada no país desde 2008, garante à pessoa com deficiência também a participação na vida esportiva, bem como no turismo, lazer, cultura e igualdade de oportunidade com as demais pessoas, que não têm deficiência.

O Estado de São Paulo tem pessoas sérias e comprometidas como a Secretária Célia Leão (Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo) e o Secretário Cid Torquato (Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo) lutando para que as pessoas com deficiência tenham acesso a esses espaços culturais e desportivos.

É necessária uma ação conjunta entre o Governo Federal, estados e municípios para que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados, já que, apesar das garantias legais, muitas vezes esses direitos não são respeitados. A sociedade como um todo precisa ser educada e estar consciente desses direitos e se tornar mais empática com as pessoas com deficiência.

Ainda assim, é fundamental reconhecer o atual momento de empoderamento das pessoas com deficiência e lembrar que, para que haja qualquer alteração na legislação e nas políticas para as pessoas com deficiência, o segmento deve sempre ser consultado. Com uma articulação entre essas pessoas e as entidades que as representam esses direitos poderão ser garantidos.

É FUNDAMENTAL RECONHECER
O ATUAL MOMENTO DE
EMPODERAMENTO DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA E LEMBRAR
QUE, PARA QUE HAJA QUALQUER
ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO E NAS
POLÍTICAS PARA AS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA, O SEGMENTO DEVE
SEMPRE SER CONSULTADO. COM UMA
ARTICULAÇÃO ENTRE ESSAS PESSOAS
E AS ENTIDADES QUE AS REPRESENTAM
ESSES DIREITOS PODERÃO
SER GARANTIDOS.

Célia Leão



Célia Leão é a atual (2019) Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Ficou paraplégica aos 19 anos de idade, em decorrência de um acidente de automóvel. Foi Vereadora do município de Campinas e Deputada Estadual por 7 mandatos consecutivos. Uma das parlamentares mais atuantes de São Paulo, Célia tem como base política a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, área onde atua há mais de 30 anos. Afirmou que esta gestão, liderada pelo Governador João Dória, vai implantar políticas públicas de forma transversal, passando pela saúde, transporte, educação, mobilidade urbana e todas as outras áreas que garantem qualidade de vida para as mais de 3 milhões de pessoas com deficiência que vivem no Estado de São Paulo, e de forma especial “fazer os programas e ações chegarem ao interior do Estado, e para as pessoas que mais precisam”.

Pensar na acessibilidade para pessoas com deficiência é dar oportunidades iguais para todos. Como dizia Rui Barbosa, tratar igualmente os desiguais é tratá-los desigualmente. O que significa dizer que nas políticas públicas é preciso que haja diferença no tratamento sim, pois apesar dos seres humanos serem iguais em essência, são diferentes em muitos aspectos, inclusive nas suas capacidades.

No Estado de São Paulo, dentre as políticas públicas criadas para atender as pessoas com deficiência está a Virada Inclusiva, o maior evento cultural para pessoas com deficiência do Estado, e que teve em 2019 sua décima edição. O evento inclui atividades como dança, canto, teatro, música e atividades esportivas, todas gratuitas e acessíveis.

Na sede da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, na Barra Funda e nas dependências do Memorial da América Latina, há ainda um Museu da Inclusão. O espaço cultural conta a história dos últimos 40 anos da luta das pessoas com deficiência. O espaço cultural conta a apresenta dos últimos 40 anos da luta das pessoas com deficiência, suas superações diárias e a luta por uma legislação específica. O museu recebe diariamente visitas monitoradas de escolas e diversas instituições, com direito a debates e discussões sobre o tema.

Pensando nas crianças com deficiência auditiva, está sendo criado um curso de Libras por ensino à distância (EaD) para toda a rede pública de educação do Estado de São Paulo. Todos os professores da rede terão acesso a esse curso. Já para as crianças com deficiência física, as escolas em construção já incluem no seu projeto a acessibilidade. Além disso, as unidades que estão passando por reformas também estão atentas a essas melhorias.

Direitos da Pessoa com Deficiência



✓ CULTURA

MEMORIAL DA INCLUSÃO

ELEVADO A MUSEU EM 2018

- ❖ VISITAS MONITORADAS (ESCOLAS / INSTITUIÇÕES)
- ❖ DEBATES E DISCUSSÕES SOBRE O TEMA
- ❖ EXPOSIÇÕES (EX: PINTORES COM A BOCA E OS PÉS)
- ❖ CAPACITAÇÕES PARA ATENDIMENTO (METRÔ / POUPA TEMPO)

✓ EDUCAÇÃO

- ❖ **CURSO LIBRAS (EAD) PARA TODA A REDE (INÍCIO EM 2020)**
- ❖ **ESCOLAS FISICAMENTE ADAPTADAS NAS REFORMAS E CONSTRUÇÃO (SEC. EDUCAÇÃO)**
- ❖ **CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (INST. RODRIGO MENDES)**

Em relação à adaptação dos parques estaduais, um acordo foi assinado para que todos esses espaços públicos tenham rotas acessíveis, possibilitando que as pessoas com deficiência possam circular com mais tranquilidade. Nos que possuem áreas para mergulho, as cadeiras anfíbias são disponibilizadas, garantindo segurança, conforto e acessibilidade para qualquer cidadão que deseje usufrir desses espaços ao máximo. As academias adaptadas, que também já existem, estão passando por um processo de integração com as academias da terceira idade, para que pessoas com e sem deficiência possam fazer exercícios juntas.

Um treinamento com professores de educação física da rede regular de ensino público também está sendo feito em formato de imersão no Centro Paraolímpico Brasileiro, com 100 profissionais por vez. Ali, eles aprendem a utilizar o treinamento paraolímpico com crianças e jovens que sejam estudantes da rede pública, e que tenham alguma deficiência.

Os programas de qualificação das pessoas com deficiência em São Paulo oferecem 40 cursos gratuitos nas Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e nas Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATECs). A partir de 2020, a meta é que 30 mil pessoas sejam qualificadas.

No Brasil, entre 7% e 8% da população possui deficiência, número esse que aumenta diariamente devido aos mais variados acidentes. Portanto, a discussão em relação aos direitos das pessoas com deficiência deve avançar, para que esses direitos possam ser assegurados.

NO BRASIL, ENTRE 7% E 8% DA
POPULAÇÃO POSSUI DEFICIÊNCIA,
E A CADA DIA AUMENTA O NÚMERO
DE PESSOAS QUE PASSAM A TER
DEFICIÊNCIA POR CONTA
DE ACIDENTES. PORTANTO, A
DISCUSSÃO EM RELAÇÃO AOS DIREITOS
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DEVE
AVANÇAR, PARA QUE ESSES DIREITOS
POSSAM SER ASSEGURADOS.

Cid Torquato



Cid Torquato é Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi executivo da Lowe & Partners América Latina e da StarMedia Networks, assessor em Governo Eletrônico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Governo Federal entre 2000 e 2001, fundador da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, atuou como Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo e conselheiro do CONADE – Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Escreveu o livro *Empreendedorismo sem fronteiras* – Um excelente caminho para pessoas com deficiência, após ficar tetraplégico em 2007.

A atual gestão da cidade de São Paulo vem investindo como nunca nos direitos da pessoa com deficiência. Esses direitos muitas vezes não são conhecidos nem pelas próprias pessoas com deficiência, quanto mais pelas pessoas que aplicam as leis, como juízes, promotores e advogados. O Brasil é exemplo mundial em termos de legislação, com leis extremamente avançadas, mas, infelizmente, não é exemplo no cumprimento dessas leis.

Na área da educação, a prefeitura criou o único curso público de Ensino Médio bilíngue em português e Libras existente em São Paulo. Além disso, dentre os pouco mais de 18 mil estudantes com deficiência da rede pública, 400 deles foram selecionados através de entrevistas com uma equipe multidisciplinar para o recebimento de equipamentos de Tecnologia Assistiva que minimizem suas limitações e maximizem suas potencialidades. O mesmo foi feito com 400 servidores públicos do estado. Foram entregues desde apoios de pé para pessoas com nanismo até mouses de boca para pessoas com algum tipo de paralisia.

O Sistema Único de Saúde (SUS) também faz um trabalho de entrega de equipamentos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência, como aparelhos auditivos, bengalas, cadeiras de rodas, de banho, órteses, próteses e andadores. A grande maioria das pessoas com deficiência é de baixa renda, e quando, por algum motivo, os equipamentos entregues são danificados, deixam de ser utilizados por boa parte das pessoas que dependem deles para viver uma vida digna em sociedade.

Para resolver essa questão, foi criada uma paraoficina móvel que atende a população com deficiência fazendo reparos em suas tecnologias assistivas. A iniciativa transita pelos bairros, passando pelos Centros Especializados de Reabilitação e fazendo os atendimentos. Para 2020 estão previstas mais quatro unidades para atender às altas demandas de São Paulo.

Dois selos de acessibilidade também foram criados pela prefeitura. O primeiro, o Selo de Acessibilidade Arquitetônica, é usado para certificar as edificações que atendem os requisitos de transitabilidade para as pessoas com deficiência e foi desenvolvido em parceria com a Comissão Permanente de Acessibilidade. O segundo é o selo de Acessibilidade Digital, que surgiu para certificar websites públicos e privados em operação no país. Hoje, apenas 1% dos sites nacionais são considerados acessíveis, apesar da Lei Brasileira de Inclusão determinar que todos os sites em operação no país o sejam.

Todos os cerca de 60 sites da Prefeitura de São Paulo já possuem o certificado de acessibilidade digital, caso raro em todo o mundo. Neles é possível encontrar também um avatar digital que traduz de português para Libras. A Prefeitura de São Paulo também oferece um *call center* através de um aplicativo com cerca de 30 intérpretes de Libras que fazem a intermediação para o munícipe surdo em tempo real em consultas



médicas, por exemplo. A Central de Intermediação em Libras – CIL –, possui aplicativo que pode ser baixado gratuitamente tanto para o município quanto para o servidor.

Falar de acessibilidade em uma cidade como São Paulo também é falar principalmente de calçadas. Por isso, estão sendo reformados 1,5 milhão de metros quadrados de calçadas, e sendo construídas quatro mil novas rampas. Pensando nas crianças, em 2019, foram criados 8 novos parquinhos inclusivos e 30 novos estão previstos para 2020. Um grande avanço, considerando que antes dessas intervenções, São Paulo só tinha um parquinho inclusivo para a sua população.

Dois programas transformadores que estão atualmente sendo implantados em São Paulo são o Contrata SP Pessoas com Deficiência e o programa de estágios. Já foram mais de 600 contratações intermediadas, além de diversos estágios. Só na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência são 19 estagiários com deficiência, além de intermediações feitas para empresas como IBM e Rede Record.

Outro programa importante é o de atendimento odontológico a pessoas com deficiência que vivem em abrigos em São Paulo, muitas delas abandonadas nesses lugares pelas famílias. A ação é possível graças ao apoio e parcerias com ONGs e iniciativa privada.

PENSANDO NAS CRIANÇAS,
EM 2019, FORAM CRIADOS 8 NOVOS
PARQUINHOS INCLUSIVOS E 30 NOVOS
ESTÃO PREVISTOS PARA 2020.

UM GRANDE AVANÇO,
CONSIDERANDO QUE ANTES DESSAS
INTERVENÇÕES, SÃO PAULO SÓ TINHA
UM PARQUINHO INCLUSIVO PARA
A SUA POPULAÇÃO.

Recentemente, São Paulo foi eleita em um estudo a capital da mobilidade no país, com as melhores calçadas dentre as capitais do Brasil. Além disso, todos os museus são acessíveis, os cinemas, shoppings, grandes lojas, parques, enfim, diversos equipamentos culturais. Portanto, o conceito de São Paulo como cidade de turismo acessível está sendo trabalhado. Todo mês há na programação cultural da cidade 15 espetáculos com recursos de acessibilidade comunicacional – Libras, audiodescrição e legenda.

Ainda na área da cultura, foi criado o Festival Sem Barreiras para artistas com deficiência. É preciso valorizar os talentos que estão aí e que não são escalados em programações convencionais. É preciso transformar a própria mentalidade da sociedade quanto ao que é arte e a quem são os artistas. O Festival cumpre esse papel de transformação!



PAINEL

O IMPACTO DA

EDUCAÇÃO E

DA CULTURA NO

DESENVOLVIMENTO

REGIONAL RECENTE



Marco Vinholi



Marco Vinholi é Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Paulo, Presidente Estadual do PSDB e membro do Diretório Nacional. Formado em Administração de Empresas pela PUC/SP com especialização em Gestão Empresarial pela FGV. Foi diretor da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, coordenador do Vivaleite, maior programa de segurança alimentar da América Latina. Foi deputado estadual, líder do PSDB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e relator do Orçamento do Estado 2017 e 2018. Foi coordenador nacional de Empreendedorismo Juvenil, no Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), diretor do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude, órgão do Governo Federal, além de membro do Conselho Nacional de Juventude.

O Vale do Ribeira é uma região riquíssima tanto em belezas naturais quanto em bens culturais. Pouco mais de um quinto de toda a Mata Atlântica do país se encontra na região. São 11 parques estaduais com mais de 300 cavernas e 10 mil espécies de fauna e flora. Além disso, a região registra mais de mil anos de presença humana, possui 30 comunidades quilombolas e 10 aldeias indígenas Guarani, sendo reconhecido pela Unesco como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

A região tem potencial econômico principalmente nas áreas de floresta, agricultura, pesca e piscicultura, mineração, artesanato, gastronomia, produção de mel, bubalinocultura¹ e turismo, sendo este o grande foco do nosso projeto neste primeiro momento. A ideia é transformar o Vale do Ribeira num grande hub, ou polo regional de turismo para o Estado de São Paulo e para o Brasil dadas as suas potencialidades naturais. Está lá, por exemplo, Iporanga, a cidade com mais cavernas no Brasil. Há um grande potencial também no litoral do Estado de São Paulo e ainda várias potencialidades com as comunidades tradicionais existentes por lá.

Apesar de toda essa riqueza, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é muito inferior ao do resto do Estado de São Paulo. Para se ter uma ideia, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e a renda média do emprego formal chegam a ser quase metade dos registrados no Estado. Outras questões graves são a alta taxa de mortalidade infantil, o baixo acesso a creches e à pré-escola e a quase ausência de esgoto tratado na região.

Para fazer frente a essa situação, começou a funcionar no Estado de São Paulo, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, com objetivo de descentralizar os serviços do estado e apoiar a prática das políticas públicas do governo na municipalidade. Com isso, foi criado o programa Vale do Futuro, principal programa desta secretaria e um dos principais programas do Governo do Estado de São Paulo que envolve várias outras secretarias. O Vale do Futuro pretende levar desenvolvimento ao Vale do Ribeira. Seu objetivo é aproveitar o potencial de uma das regiões paulistas mais ricas em natureza, história e cultura e promover o desenvolvimento sustentável de forma a reverter os indicadores socioeconômicos muito inferiores aos do restante do estado.

Numa região que possui o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil, as cidades mais antigas do país e as potencialidades culturais de um grande número de comunidades quilombolas e indígenas, as pessoas vivem menos, ficam menos tempo na escola e têm renda mais

¹ Bubalinocultura é a parte da zootecnia que trata do estudo e da criação doméstica dos bubalinos – búfalos domésticos ou indianos, denominados mundialmente búfalos de rio. Incluem os búfalos da Índia, Paquistão, China, Turquia e de vários países da Europa, como a Itália, e da América. Fonte: Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bubalinocultura>>. Acesso em: 3 jan. 2020.



IMPACTO

R\$ 2 Bi
de investimentos

✓ R\$1 bilhão em
investimentos públicos

✓ R\$1 bilhão em atração de
investimentos privados

✓ **30.000**
de novas
oportunidades
(emprego e renda)

✓ **R\$ 3,3 bilhões**
de concessões

Dados fornecidos pelo Secretário em sua apresentação. Consultar também <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/governo-de-sp-anuncia-investimentos-para-o-vale-do-ribeira/>.

baixa do que no resto do Estado do São Paulo. Diminuir essas desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população é o que pretende o Vale do Futuro.

Há um vasto campo a ser aproveitado. Estimamos um mix de investimentos das políticas públicas com um grande guarda-chuva de garantia de direitos e de melhorias em infraestrutura – mas nada disso é sustentável no tempo se não tivermos parceria do setor privado que de fato nos permita ativar as potencialidades do Vale.

OPORTUNIDADES DE TRABALHO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

São estimados investimentos para os próximos anos na casa de R\$ 2 bilhões, sendo um bilhão advindo do setor público e um bilhão em atração de capital privado. Com isso, espera-se criar 30 mil novas oportunidades de trabalho e renda no Vale do Ribeira.

Os inputs iniciais pretendem corrigir alguns gargalos imediatos, como melhorar a condição do hospital e das Unidades Básicas de Saúde da região, bem como das estradas. A médio prazo, o programa inclui a ampliação e a melhora do sistema de esgotamento sanitário e o investimento em aeroportos, travessias e no sistema de escoamento de produtos, melhorando as condições de vida da população. No total, serão mais de 80 ações impulsionadoras realizadas através de 20 secretarias, que vão trabalhar de forma coordenada até chegar em 2030 aos índices almejados, transformando a região como um todo. Colocando o Vale do Ribeira dentro dos patamares estimados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

HÁ UM VASTO CAMPO A SER
APROVEITADO. ESTIMAMOS UM MIX
DE INVESTIMENTOS DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS COM UM GRANDE GUARDA-
CHUVA DE GARANTIA DE DIREITOS E
DE MELHORIAS EM INFRAESTRUTURA –
MAS NADA DISSO É SUSTENTÁVEL
NO TEMPO SE NÃO TIVERMOS
PARCERIA DO SETOR PRIVADO QUE
DE FATO NOS PERMITA ATIVAR AS
POTENCIALIDADES DO VALE.

estabelecidos em 2015 pelos países que fazem parte das Nações Unidas e estão detalhados em 17 metas globais a serem alcançadas até 2030.

Hoje, no Vale do Ribeira, são dez ações visando a geração de emprego e renda e a qualidade de vida das pessoas, entre elas qualificação, crédito e atração de investimentos e empreendedorismo. No turismo, o programa Ribeira no Mundo pretende fazer com que o Vale possa alcançar o público internacional, principalmente na área do ecoturismo, através da montagem de um circuito de parques e da organização de uma *Adventure Week*, um evento que atrai milhares de pessoas no mundo todo.

Com a ampliação da cota de ICMS ecológico na área, de 0,5% para 1,5%, serão injetados mais R\$ 296 milhões para ações que potencializem a preservação ambiental, como o desenvolvimento da coleta seletiva e o tratamento de esgoto. Também está sendo pensada a melhoria habitacional da população, com um modelo semelhante ao do programa Família Paulista, de reformas de casas degradadas.

Para combater a alta evasão escolar do Vale do Ribeira, o programa Prospera vai investir nos jovens dedicando recursos que serão reservados para suas futuras carreiras, e que serão liberados de acordo com a frequência escolar e as notas de cada aluno. Para que os estudantes possam ter acesso a esse recurso ao completar o Ensino Médio, precisarão ter montado seu Plano Profissional de acordo com a carreira escolhida. Esse plano é pensado junto a um orientador ao longo dos anos, desde a segunda metade do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio, na disciplina Projeto de Vida.



10 AÇÕES HOJE



Emprego e Renda

1. Qualificação
2. Crédito
3. Ribeira no mundo
4. Empreenda rápido
5. ICMS ecológico
6. Atração de investimentos
7. Centro de Inovação do Vale do Ribeira



Qualidade de Vida

8. Saúde 100%
9. Melhoria habitacional
10. Prospera



O tempo longo de preparação convida os alunos a explorarem detidamente suas áreas de vocação para estarem seguros de sua decisão ao finalizar o Ensino Médio. Uma iniciativa que busca alinha-se à proposta do Novo Ensino Médio, sem perder o foco no que preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O projeto Vale do Ribeira está sendo pensado de forma horizontal para que possa receber o acompanhamento constante dos prefeitos, dos gestores da região, dos consórcios, do governo do estado e da sociedade civil organizada. É um programa de governança integrado, com métricas objetivas e uma equipe de monitoramento constante trabalhando a partir do escritório de desenvolvimento sustentável criado especificamente para isso. Uma busca inovadora de desenvolvimento que mantém atenção essencial aos recursos patrimoniais, humanos e naturais.

Floriano Pesaro



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Floriano Pesaro é sociólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP), Deputado Federal eleito por São Paulo em 2014, foi Secretário de Estado do Desenvolvimento Social de São Paulo entre 2015 e 2018. Eleito em 2008 e reeleito em 2012, exerceu o cargo de Vereador de São Paulo, onde liderou a bancada de seu partido e foi considerado o melhor parlamentar do Legislativo paulistano pela ONG Voto Consciente por duas vezes. Servidor público por 24 anos, em 2005 assumiu como Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, onde tirou das ruas da capital mais de 3 mil crianças em situação de trabalho infantil, pelo Programa SP Protege. Em 2003, assumiu o cargo de secretário-adjunto da Casa Civil do Governo de São Paulo, onde coordenou a implantação da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) e do Comitê Executivo de Política Social. Em 1995, iniciou sua carreira no Governo Federal como assessor parlamentar da Casa Civil da Presidência da República. Em 1998 assumiu a diretoria da SESU/MEC, quando criou e implantou o FIES. Entre 2000 e 2002 atuou na implantação do Programa Bolsa Escola Federal como Secretário Nacional.

O 1º Encontro da OEI de Políticas Públicas de Educação e Cultura abriu com muito êxito a série de eventos que a Organização dos Estados Ibero-americanos pretende promover pelos estados brasileiros ao longo dos próximos anos para discutir questões pertinentes à Educação e à Cultura no âmbito dos governos estaduais e municipais. O evento inaugural, na capital paulista, mobilizou especialistas e gestores que trouxeram importantes contribuições para o debate sobre as políticas públicas no Estado de São Paulo.

Durante o encontro, as exposições do Secretário de Estado da Educação de São Paulo, Rossieli Soares, e de nomes representativos da educação brasileira como Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe/FGV); Maria Helena Castro, Embaixadora do PISA para Escolas no Brasil; e Katia Smole, diretora do Instituto Reúna e do Grupo Mathema, reiteraram a importância da base da formação educacional, que começa ainda na primeira infância, como já é consenso entre os estudiosos, para o desenvolvimento humano.

Houve consenso entre os expositores sobre os avanços conquistados pela educação brasileira nos últimos anos, sobretudo ao universalizar o acesso à escola, embora existam enormes desafios que ainda persistem para que nossos estudantes sejam capazes de enfrentar o complexo mundo surgido com a revolução digital. Os resultados das avaliações do último PISA apontaram melhoras do Brasil na competência da leitura. Mas ainda estamos mal em matemática e ciências, de modo que há muito a caminhar para que possamos competir com nações mais avançadas. Para isso, a esperança reside na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já aprovada, na reforma do Ensino Médio e na formação continuada de professores.

Da área cultural, tivemos a participação do Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sérgio Sá Leitão; do diretor do Itaú Cultural, Eduardo Saron; e do presidente do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, Wolf Kos. A tônica dos debates recaiu sobre a relevância da arte, da cultura e da economia criativa para o desenvolvimento e a democracia, compreendidas como estratégicas do ponto de vista do Estado e das políticas públicas.

Ressaltou-se ainda o acerto da opção paulista pelas parcerias entre instituições públicas e privadas, que geraram grande número de programas e ações exitosas na área da cultura, apontando para a continuidade, o aperfeiçoamento de seus processos e o acréscimo de novas instituições à rede.

O 1º Encontro da OEI de Políticas Públicas de Educação e Cultura teve ainda o mérito de trazer para o debate o tema da inclusão da pessoa com deficiência, jogando luz para questões e desafios que perpassam todas as políticas públicas nas três esferas de governo. Do plano Federal, o evento contou com a participação da Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa

com Deficiência, Priscilla Gaspar. Já o Estado de São Paulo e sua capital foram representados por Célia Leão e Cid Torquato, respectivamente secretários estadual e municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Das apresentações e debates concluímos que o atual momento das pessoas com deficiência é de mais empoderamento. Contudo, apenas com maior articulação entre os governos para a promoção da educação da sociedade para um olhar mais empático em relação a essa parcela da população será possível garantir amplamente os direitos do segmento.

Para além de seu propósito inicial, o encontro apresentou ainda um grande projeto para o desenvolvimento regional do Estado de São Paulo, de que a própria OEI é parceira. Trata-se do programa Vale do Futuro, que visa a alavancar o Índice de Desenvolvimento Humano do Vale do Ribeira, e que deverá se transformar ao longo dos próximos anos num caso de sucesso e exemplo para outras regiões de extrema pobreza no Brasil.

Apresentado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de São Paulo, Marco Vinholi, o Vale do Futuro tem entre seus eixos a valorização dos ativos dessa região, rica em cultura e história, e a promoção dos arranjos produtivos locais para a geração de trabalho e renda de sua gente.

Por fim, ao dar visibilidade a esse importante projeto de desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, bem como às ações, experiências e conhecimentos compartilhados pelos secretários de Educação, de Cultura, da Pessoa com Deficiência e por respeitados especialistas do país nessas áreas, a OEI – que tem sede em Madri e escritório regional no Brasil – amplia a contribuição para o debate público no âmbito subnacional, além da consolidada cooperação técnica com o Governo Federal.

POR FIM, AO DAR VISIBILIDADE
A ESSE IMPORTANTE PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO DO
ESTADO DE SÃO PAULO,
BEM COMO ÀS AÇÕES, EXPERIÊNCIAS E
CONHECIMENTOS COMPARTILHADOS
PELOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO,
DE CULTURA, DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA E POR RESPEITADOS
ESPECIALISTAS DO PAÍS NESSAS
ÁREAS, A OEI – QUE TEM SEDE EM
MADRI E ESCRITÓRIO REGIONAL NO
BRASIL – AMPLIA A CONTRIBUIÇÃO
PARA O DEBATE PÚBLICO NO
ÂMBITO SUBNACIONAL, ALÉM DA
CONSOLIDADA COOPERAÇÃO
TÉCNICA COM O GOVERNO FEDERAL.

ATENTA AOS OBJETIVOS DE APOIAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SEUS ESTADOS-MEMBROS, A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI) REALIZOU, NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2019, NO MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (MIS) DE SÃO PAULO, O PRIMEIRO ENCONTRO DA OEI DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA. O EVENTO, QUE CONTOU COM O APOIO DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, BUSCOU DAR VISIBILIDADE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO COM BASE EM EVIDÊNCIAS ACIMA DE PREFERÊNCIAS.

OEI

APOIO



MUSEU DA IMAGEM E DO SOM

MIS

